

I.

Apresentamos hoje a votação o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2024, que foi elaborado em articulação com as linhas de orientação estratégica definidas para o mandato autárquico e expressando assim as nossas opções políticas e os compromissos que assumimos com todos os conimbricenses.

Como é usual, o processo de preparação dos documentos previsionais para 2024 foi iniciado com o despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 27 de julho de 2023, que determinou a todos os serviços municipais, bem como às entidades do setor empresarial local (Águas de Coimbra, iParque, Prodeso e SMTUC), a apresentação de propostas que, posteriormente, foram objeto de análise e enquadramento técnico, incluindo compromissos a transitar para 2024 e anos seguintes. Em seguida, foram realizadas reuniões de trabalho com os Vereadores com pelouros atribuídos e com os dirigentes dos respetivos serviços, de onde resultaram alterações que foram compiladas pelo Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos (GCOF) até à proposta final a apresentar aos Órgãos Municipais. No cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, foram igualmente realizadas reuniões com os presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia do concelho e todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal.

Neste momento, afigura-se pois da mais elementar justiça transmitir por este meio o nosso profundo agradecimento a todos os colaboradores que estiveram envolvidos na elaboração destes documentos (nomeadamente do GCOF e do Departamento Financeiro), que traduzem a aplicação da nova estrutura orgânica (nuclear e flexível) da Câmara Municipal, a que acresce o desafio adicional resultante da alteração profunda que ocorreu na estrutura das Grandes Opções do Plano (tendente a facilitar a respetiva leitura). Agradeço-lhes, assim, pelo elevado empenho, profissionalismo e dedicação à causa pública, que são dignos de reconhecimento, pois muitas vezes, tiveram que abdicar dos seus compromissos pessoais e familiares para dar resposta a esta necessidade!

II.

Em primeiro lugar, deve frisar-se que o terceiro orçamento do atual Executivo Municipal foi elaborado, uma vez mais, num contexto de elevada imprevisibilidade e sérios riscos, que traduzem os condicionalismos decorrentes de uma conjuntura económica e financeira altamente desfavorável, caracterizada pela ocorrência de duas guerras (invasão da Ucrânia pela Rússia, desde 24 de fevereiro de 2022, e eclosão/reacendimento do conflito israelo-palestiniano, no dia 7 de outubro de 2023), assim como por um ciclo inédito de dez subidas consecutivas das taxas de juro e taxas de inflação que atingiram em 2023 níveis não observados há quatro décadas.

Ao longo do ano, foi sendo apresentado em sede de reunião de Câmara, com periodicidade trimestral, o relatório sobre a execução orçamental da receita e despesa, que traduziu um acréscimo da despesa corrente do Município em 10%, até setembro de 2023, com reflexo sobretudo em aumentos nas “Despesas com Pessoal” (+ 4.019.924 €; + 13 %), essencialmente devido à atualização remuneratória, nos preços de bens e

serviços (+ 4.298.064 €; + 21%), em resultado do acréscimo de faturação nos combustíveis e lubrificantes, assim como na alimentação – refeições escolares, transportes e outros serviços – e nos “Juros e outros encargos” (+ 1.127.864 €; + 818 %), em resultado da autêntica escalada da taxa Euribor em pouco mais de um ano.

Este contexto internacional amplamente desfavorável, que penalizou severamente as pessoas e as empresas, refletiu-se igualmente na atividade do Município (que tem forte interligação com a situação económica e social do país, nomeadamente quanto ao cumprimento dos objetivos e metas orçamentais estabelecidas no âmbito das políticas de convergência da União Europeia relativamente ao défice e à dívida pública). Deparámo-nos, então, com revisões extraordinárias de preços e aumentos astronómicos do custo dos materiais, das empreitadas e dos fornecimentos em geral, pelo que o exercício orçamental para 2024 será perspetivado com sérios condicionalismos, refletindo as projeções para a economia portuguesa constantes do Orçamento Geral do Estado, que revê em baixa o crescimento do PIB, para uma taxa de 1,5% em termos reais (que compara com 2,2% em 2023).

Próximo do fecho do presente documento, ocorreu ainda uma inesperada demissão do Governo, que veio mergulhar o país numa inusitada instabilidade política, não obstante a marcação de eleições legislativas para março do próximo ano tenha assegurado a aprovação do Orçamento do Estado de 2024, que prevê um aumento de 2,8 M€ (+12%) nas transferências para o Município de Coimbra decorrentes da participação dos impostos do Estado (FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal, participação no IRS, participação no IVA e n.º 3 art.º 35 Lei n.º 73/2023) e um acréscimo de 800 mil€ (+4,5%) no Fundo de Financiamento da Descentralização, cujo valor aumenta, pelo menos no mesmo montante, o Orçamento da Despesa do Município.

III.

Uma vez abordado o enquadramento geral em que foram elaborados os documentos previsionais para 2024, no qual salta à evidência a existência de fatores não controláveis pelo Município, de que resulta uma forte ameaça sobre as receitas previstas e potenciais acréscimos de despesa insuficientemente prevista, as boas perspetivas de obtenção de cofinanciamentos resultantes da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030 e do encerramento dos projetos do Portugal 2020 permitem que este seja o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Coimbra.

Dessa forma, a presente proposta de Orçamento totaliza **234,1 M€**, prevendo-se uma poupança corrente (Receita Corrente > Despesa Corrente) de 16,3 M€ (7 % do total do Orçamento) que financia as Despesas de Capital, cumprindo a regra do equilíbrio orçamental global prevista no n.º 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).

O valor total do Orçamento representa um acréscimo de 59,2 M€ (+ 33,8 %) relativamente ao Orçamento inicial de 2023, e é superior em 36,5 M€ (+ 18,5 %) ao orçamento atual de 2023 (após modificações orçamentais até 17.11).

A este respeito, deve realçar-se que existem responsabilidades financeiras já registadas para 2024 no total de 32,7 M€ (relativos a despesas de funcionamento e de capital, não incluindo despesas com pessoal), resultantes de compromissos plurianuais, os quais asseguraremos com competência e rigor.

Analisando com maior detalhe, verifica-se que **as receitas correntes são de 155,2 M€ (66% da receita total), as receitas de capital são de 56,3 M€ e as receitas não efetivas de 22,6 M€** (Ativos e Passivos Financeiros, onde foram consideradas as tranches a receber dos Lotes 1, 2 e 3 do empréstimo de médio e longo prazo, em fase de visto prévio pelo Tribunal de Contas, e os valores remanescentes dos empréstimos contraídos junto ao abrigo da linha BEI/Autarquias para Requalificação do Parque Manuel Braga e Promoção da eficiência energética na frota dos SMTUC).

Como podemos ver em termos da desagregação das receitas correntes, a grande fatia do Orçamento Municipal é constituída por impostos diretos (57,4 M€), nos quais tem uma maior expressividade o IMI (cerca de 26 M€) e o IMT (21,3 M€). Podemos, pois, afirmar que os impostos sobre o Património são aqueles que representam a maior parte da receita de financiamento da atividade municipal, e que se estima um acréscimo dos Impostos Municipais em cerca de 7 M€ (+ 13,9 %) relativamente a 2023.

Por sua vez, as transferências correntes constituem a segunda principal fatia do Orçamento da receita, representando 48,6 M€, provenientes sobretudo de impostos do Estado (que registam um acréscimo de 2,9 M€) e da transferência de competências na Educação, Saúde e Ação Social (com um aumento de 0,8 M€ relativamente aos valores atuais de 2023).

No que respeita às receitas de capital, destaca-se o peso muito significativo das participações por Fundos Estruturais Europeus, incluindo projetos da cooperação técnica e financeira por delegação de competências (área escolar e outras), que totalizam 53,1 M€. Destacam-se neste âmbito projetos do PRR, que estão dotados com a previsão de receita, em algumas situações, correspondente aos valores candidatados e consignados à respetiva despesa do projeto das GOP, estando ainda dotadas rubricas do Portugal 2020, com os valores previstos para pedidos de pagamentos ainda não recebidos e pedidos de pagamento finais com o encerramento dos respetivos projetos.

Detendo-nos agora na vertente da despesa, **as despesas correntes estimam-se em 138,9 M€** (59% da despesa total, representando um aumento de cerca de 15 M€ face ao orçamento inicial de 2023 e de 8,4 M€ face ao atual, após modificações orçamentais em 2023), **as despesas de capital em 79,6 M€ e estão previstos 15,6 M€ para despesas não efetivas** (Ativos e Passivos financeiros, onde se incluem as amortizações de capital dos empréstimos a contrair pela autarquia, em fase de visto pelo Tribunal de Contas).

Nas despesas correntes, as componentes que assumem maior relevância são as despesas com pessoal (54,8 M€, com um acréscimo de 5,6 M€ face ao orçamento inicial

de 2023), onde se destaca o aumento resultante das valorizações remuneratórias por alterações obrigatórias de posicionamento, progressões e mudanças de nível ou de escalão, bem como o aumento do salário mínimo nacional e aumentos salariais constantes da proposta do Orçamento do Estado para 2024. Neste montante está incluído o valor relativo a contratações dos recursos humanos (que se estima em 1,5 M€) que se encontram refletidas no Mapa de Pessoal para 2024 e que visam suprir carências existentes nas diversas áreas de atividade do Município, e a aquisição de bens e serviços (que representam 53,4 M€). Esta rubrica, que observa um acréscimo de 3,5 M€ em relação ao orçamento inicial de 2023, assume dotações orçamentais significativas decorrentes do aumento esperado dos preços da energia e gás, entre outros, e que se expressam nas despesas relativas a alimentação e transportes escolares, energia elétrica, recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, limpeza e higiene, e combustíveis.

Por sua vez, as transferências correntes representam 19,8 M€, onde se incluem essencialmente os elevados montantes para os SMTUC (3 M€, relativo a transferências no âmbito do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes Públicos e do Programa de Apoio à Qualificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), que serão substituídos pelo Programa Incentiva + TP 2024), para as Uniões e Juntas de Freguesia (no montante de 5,8 M€, por Contratos Interadministrativos, incluindo transferências de competências), bem como os apoios a diversas instituições sociais, culturais, recreativas e desportivas, sem fins lucrativos.

Finalmente, no atinente às despesas de capital (79,6 M€), constata-se que a aquisição de bens de capital é a componente com maior expressividade, representando 73,1 M€. Neste montante, que verifica um aumento de 27,8 M€ comparativamente ao orçamento atual, estão incluídos diversos investimentos [maioritariamente em Habitação social (incluindo terrenos, construção e reabilitação), escolas, edifícios municipais, viadutos, arruamentos e obras complementares] comparticipados em grande parte por fundos comunitários no âmbito do PRR e pelo Lote 2 do Empréstimo de Médio e Longo Prazo de 2023, em fase de visto prévio pelo Tribunal de Contas.

A partir da análise da aplicação prevista da receita na despesa por funções, que evidencia como são aplicados os rendimentos municipais, é possível ainda concluir que **as Funções Sociais representam 60,7%** (destacando-se Habitação, Ensino, Cultura e Ordenamento do Território), **as Funções Económicas têm um peso de 15%** (incluindo, sobretudo, os Transportes Rodoviários, nomeadamente as transferências para os SMTUC a título de subsídio à exploração, assim como no âmbito do PART e PROTransP, que serão substituídos pelo Programa Incentiva + TP 2024, assim como o reflexo financeiro da concessão da rede de Transportes Rodoviários com transferência para a CIM-RC da parte correspondente ao Município de Coimbra, assim como o pagamento de compensações por obrigações de serviços público, com transferências para as operadoras de transporte privados relativas ao défice de 2023), **seguindo-se as Funções Gerais com 12,7%** (em que se destaca a Administração Geral) **e as Outras Funções com 11,6%** (que incluem sobretudo as Transferência entre Administrações, que se referem

essencialmente às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos).

IV.

Como é do conhecimento dos Srs. Vereadores, as **Grandes Opções do Plano (GOP)** definem as linhas de desenvolvimento estratégico do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, constituindo o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia. No ano de 2024, deve salientar-se desde logo que as GOP apresentam uma nova estrutura global, com 13 novos Objetivos e respetivos Programas, o que não ocorria há cerca de duas décadas (a estrutura global dos Objetivos e Programas das GOP tinha-se mantido desde 2003, com alterações pontuais em 2004, 2018, 2021, 2022 e 2023), que têm inscritas **dotações orçamentais definidas no valor de 156,73 M€** (dos quais 73,1 M€ para o Plano Plurianual de Investimento e 83,63 M€ para as Atividades Mais Relevantes), que são superiores em cerca de 54 M€ às do ano anterior.

A imagem apresentada reflete, precisamente, a expressão de cada um dos objetivos estratégicos que compõem as GOP para 2024, e os que mais se destacam, não sendo contudo possível estabelecer uma comparação com os Objetivos e Programas de 2023.

Assim, **Ação e Habitação Social apresenta a maior dotação, com 45,9M€ (29,3%)**, onde se destacam os elevados investimentos plurianuais no âmbito do cofinanciamento pelo Programa “1.º Direito” com apoio do PRR, que constitui um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais, complementar aos projetos municipais de apoio ao arrendamento a custos acessíveis. Neste contexto, destacam-se os acordos de colaboração celebrados com o Instituição de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) com previsão de investimento de 60 M€, estando já em execução e em fase de candidaturas e aprovação das mesmas, onde se inclui a conservação e reabilitação diversa de habitações propriedade do município, e para projetos de habitação a custos acessíveis na região de Coimbra, estando previsto para o Município um valor de cerca de 59 M€, de investimento plurianual, ainda em fase inicial de manifestação de interesse das operações e candidaturas.

Segue-se a Educação e Saúde, com 21,2 M€ (13,5%), onde se incluem ações relacionadas com a transferência de competências na área da Saúde a iniciar em 2024, requalificação da rede de jardins de infância e do ensino básico do concelho e investimentos com a transferência de competências na área da educação iniciada em 2021, com despesas de funcionamento e projetos para recuperação e remodelação das escolas transferidas neste âmbito.

O objetivo Mobilidade, Trânsito e Transportes representa a terceira maior fatia das GOP, com uma dotação de 19,1 M€ (12,2%), destacando-se neste âmbito o investimento e apoio ao funcionamento (compensação no custo social dos transportes) dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), que beneficiam igualmente de apoios do Estado (através do PART e PROTransP, e do novo Programa Incentiva + TP 2024). É ainda relevante neste âmbito o reflexo financeiro da

concessão da rede de Transportes Rodoviário da Região de Coimbra, com transferência para a CIM-RC da parte correspondente ao Município de Coimbra, assim como o pagamento de compensações por obrigações de serviços público, com transferências para as operadoras de transporte privados relativas ao défice de 2023, que atingem elevados montantes de investimento.

Por sua vez, o Espaço Público tem uma dotação de aproximadamente 14 M€ (8,9%), que inclui a conclusão de projetos cofinanciados pelo acordo de parceria Portugal 2020, a aquisição e expropriação de terrenos e edifícios, a concretização da estratégia de melhoria da mobilidade, a manutenção e beneficiação de estradas e vias pedonais, alguns investimentos a iniciar com execução plurianual, com vários projetos e execução de novas ciclovias, como seja a Ciclovia do Mondego, e ainda a gestão de tráfego e melhoria das acessibilidades entre as margens do Rio Mondego, entre outros.

No que respeita ao objetivo **Cultura e Turismo**, o mesmo **representa cerca de 11,4 M€ (7,3%),** incluindo investimentos com a animação e promoção turística, comemorações relevantes para o concelho, investimentos plurianuais com o projeto e construção do novo Centro de Arte Contemporânea, com possibilidade de cofinanciamento pelo Portugal 2030, apoio ao associativismo cultural, despesas de manutenção, funcionamento e programação do Convento São Francisco, ou ainda os contratos-programa de obras e Wi-Fi no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e no Museu Nacional Machado de Castro, cofinanciados pelo PRR.

Já o objetivo Ambiente e Sustentabilidade possui uma dotação de 11,1 M€ (7,1 %), onde avulta a recolha e tratamento de resíduos sólidos, a aquisição de serviços de limpeza urbana e recolha de resíduos urbanos, o desenvolvimento de atividades no âmbito do projeto GOLL – GREEN Olympic Living Lab Sport & Environment Change – e do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios.

Podem destacar-se, ainda, os investimentos no âmbito da Administração Geral (que totalizam 9 M€, correspondentes a 5,8%), que contemplam um largo conjunto de projetos e ações para melhoria dos edifícios e equipamento municipais, assim como a continuidade da trajetória de modernização administrativa dos serviços.

É ainda muito relevante salientar o acréscimo de 11% verificado nas dotações para as Uniãos e Juntas de Freguesia, que atingem 9,4 M€, englobando o apoio ao funcionamento e obras para o ano de 2024 (onde se verifica um aumento de aproximadamente 1,2 M€, relativamente ao ano anterior) e a execução prevista dos Contratos Interadministrativos, que transitaram do período entre 2018 e 2023.

Em síntese, a realização dos 13 objetivos estratégicos constantes das GOP implicará um grande volume de investimentos e de atividades, que se repartem em projetos e ações/sub-ações com forte impacto na vida da cidade, do concelho e da região, implicando um trabalho conjunto com as Freguesias, a Administração Central e instituições e associações de Coimbra. O quadro apresentado na imagem permite, assim, evidenciar as principais prioridades, de acordo com os montantes de dotações orçamentais definidas, que correspondem aos programas (por ordem decrescente) cujo

valor é superior a 5 M€, devendo ainda referir-se que as GOP contemplam um valor total de 16,1M€ de financiamento não definido, cuja concretização poderá efetivar-se mediante a obtenção de fontes de financiamento externas durante o ano de 2024, nomeadamente no âmbito do novo acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia (Portugal 2030) e do PRR.

É igualmente digno de nota que, pela primeira vez, está plasmado neste documento o contributo dos diferentes projetos e ações dos Objetivos das GOP de 2024 para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que foram definidos em 2015 e assumidos por todos os 193 países membros das Nações Unidas. Tal afigura-se particularmente relevante pois os ODS representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global, constituindo uma oportunidade única e necessária para apoiar um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo. Estes objetivos globais devem ser acompanhados de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico, ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas, tendo como ambição “não deixar ninguém para trás”, com foco em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir.

V.

Em jeito de conclusão, há que realçar uma vez mais que o Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2024 foi elaborado num contexto de elevada incerteza e de fortes riscos subjacentes, devido essencialmente à influência adversa de fatores exógenos. Dessa forma, a preparação destes documentos previsionais obedeceu ao princípio de prudência (tanto no cálculo das receitas como das despesas), com um controlo rigoroso dos níveis de endividamento a curto, médio e longo prazos, e cumprimento do enquadramento legal e demais regras e indicadores exigidos, de forma a permitir a libertação de recursos para aplicar nos objetivos estratégicos definidos.

O presente orçamento exige uma definição criteriosa e prudente de prioridades, de modo a obter o máximo de benefício social e desenvolvimento local, procurando ainda reforçar a consolidação orçamental e o controlo da dívida com recurso a capitais próprios e fundos estruturais europeus, bem como a fundos nacionais, que permitem que o Município de Coimbra continue a ser um referencial de credibilidade e estabilidade financeira.

Dado que este Executivo tem uma vincada consciência social, em cumprimento do seu programa eleitoral e no âmbito de uma estratégia de crescimento sustentável, deve destacar-se a estabilidade ao nível da política fiscal (expressa na manutenção do IMI no limite mínimo legal, a minoração da respetiva taxa para prédios urbanos com eficiência energética, no aumento significativo do benefício conferido aos munícipes através do IMI familiar, e na redução da taxa normal de derrama para 1,45% sobre o volume de negócios superior a 150 mil euros) que representou uma poupança para as famílias e para as empresas na ordem de 1 milhão de euros, em 2023, particularmente relevante

perante um contexto macroeconómico caracterizado pela degradação das condições de vida dos cidadãos, devido à subida verdadeiramente exponencial das taxas de juro do crédito à habitação e dos preços dos bens e serviços.

Ainda que este Orçamento seja o maior de sempre da Câmara Municipal de Coimbra e que contempla o mais elevado apoio ao funcionamento das Freguesias e Uniões de Freguesia (encaradas como verdadeiras parceiras da Câmara), o mesmo encontra-se em grande medida alavancado no sucesso obtido nas candidaturas a financiamento europeu, em particular na área da habitação (1º Direito e Arrendamento a Custos Acessíveis), e no empréstimo contraído para investimento de médio e longo prazo, que aguarda visto do Tribunal de Contas, não podendo assim inferir-se que tenha aumentado significativamente a capacidade de financiamento autónomo da Câmara. Continuam assim a existir fortes constrangimentos à possibilidade de concessão de apoios e de resolução dos problemas estruturais de Coimbra no curto prazo, pois na realidade a maior parte das verbas do orçamento já está consignada para fazer face às despesas fixas e de funcionamento da autarquia, bem como para os programas com financiamentos aprovados. Exige-se assim o máximo rigor e equilíbrio na sua aplicação ao longo do ano, de forma a permitir acomodar alterações que se revelem necessárias tendo em conta o arrefecimento da economia e a instabilidade do contexto geopolítico internacional, assim como a elevada incerteza quanto ao cenário governativo que irá resultar das eleições legislativas agendadas para março de 2024.

Pretendemos, em síntese, prosseguir com uma gestão financeira equilibrada, rigorosa, transparente, mas determinada e ambiciosa, que espelha o cumprimento dos compromissos que assumimos quando tomámos posse em outubro de 2021 e que, se centram em 10 grandes eixos estratégicos: alinhar as atividades desenvolvidas pelo Município com os ODS das Nações Unidas, manter o equilíbrio orçamental, cumprir com a descentralização de competências, ou melhor dizendo, de responsabilidades pelo Estado para a autarquia (que além da carga administrativa acrescida que lhe está associada, apresenta um saldo claramente deficitário entre receita e despesa do Município, sobretudo na Educação, em execução desde 2019, e na Saúde, que apenas irá iniciar-se em 2024), assegurar o reforço consistente do financiamento das Freguesias, garantir apoios sociais suficientes em função das necessidades e do investimento em habitação acessível, melhorar os transportes colectivos e a qualidade de vida das pessoas nas suas múltiplas dimensões, promover o desenvolvimento de vários clusters (Cultura, Saúde, Educação, Turismo, Ambiente, Inovação e Tecnologia), fortalecer a marca Coimbra, promover o desenvolvimento económico e social sustentáveis e tornar o concelho de Coimbra uma primeira escolha para os investidores criadores de emprego, que constituem objetivos materializados através das ações descritas nestas GOP.

A aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2024 é ainda fundamental para o executivo concretizar outras ações, que embora com uma forte componente imaterial ou intangível, terão igualmente impacto na qualidade de vida dos cidadãos, como sejam:

- implementar uma Estratégia de Desenvolvimento Económico do concelho de Coimbra, em conjunto com o iParque, que permita amplificar significativamente as áreas de instalação de empresas no concelho;
- prosseguir com o Plano Marshall de revitalização comercial, económica, cultural e social do centro histórico da cidade (devidamente articulado com o projeto @Baixa Coimbra, no âmbito da linha de financiamento Bairros Comerciais Digitais, do PRR, e com a aprovação de empréstimo de médio e longo prazo para aumento da participação de capital no Fundo de reabilitação urbana Coimbra Viva I, imprescindível para a construção de uma residência de estudantes nesta área);
- continuar com a estratégia de dinamização cultural, económica e turística do Mercado Municipal D. Pedro V e colaborar no desenvolvimento e dinamização de campanhas de incentivo à compra no comércio local;
- paralelamente com a revisão do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, criar um novo Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no concelho, que contemple a atribuição de incentivos e benefícios fiscais mais vantajosos para projetos com impacto ambiental e social, que promovam a inovação e a instalação de empresas no Centro Histórico da cidade, em Parques Industriais ou que impliquem a regeneração de edifícios devolutos, ou que beneficiem os promotores de investimento provenientes de projetos académicos e do ecossistema empreendedor e de inovação de Coimbra;
- concretizar o memorando de entendimento para um Programa de Desenvolvimento Integrado, suportado em soluções de gestão, tecnológicas, inovadoras e sustentáveis, celebrado com a IBM Portugal e a subsidiária Softinsa, coliderado pelo Município e pela Universidade de Coimbra;
- estabelecer um plano de ação para a implementação da Estratégia Municipal para a Inovação.

Estas são as linhas orientadoras da atuação deste Executivo, esperando contar com o contributo de tod@s para as cumprir, em prol do compromisso que assumimos: TRANSFORMAR, MODERNIZAR E ACELERAR COIMBRA, libertando o seu imenso potencial e permitindo-lhe ser olhada com o respeito que é devido no contexto nacional e internacional!